

Luís da Câmara Cascudo, historiador dos espaços.

Luís da Câmara Cascudo, historian of the spaces.

Bruno Balbino Aires da Costa¹

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo analisar a construção do lugar de historiador do intelectual norte-rio-grandense, Luís da Câmara Cascudo, identificando também suas concepções de história. O referido intelectual circulou pelas principais instituições do saber histórico, particularmente, os institutos históricos e geográficos espalhados pelo Brasil. Sua participação se caracterizava pelas trocas de correspondências com os intelectuais dessas instituições, além de contribuir com a escrita de vários artigos. Além dessas instituições, Luís da Câmara Cascudo assumiu, a partir dos anos trinta, o lugar de historiador das cidades, escrevendo, sob o patrocínio de várias prefeituras dos municípios do Rio Grande do Norte. Sua escrita atendia aos interesses desses órgãos que o requeria para a construção da identidade histórica dos espaços que ele mesmo se encarregava de narrar.

Palavras-chave: Luís da Câmara Cascudo, historiador, espaços

Abstract: This work aims to analyze the construction of the place of the intellectual historian to North Rio Grande, Luís da Câmara Cascudo, also identifying their conceptions of history. Such intellectual circulated by major institutions of historical knowledge, particularly the historical and geographical institutes throughout Brazil. Their participation was characterized by exchanges of correspondence with the intellectuals of these institutions, besides contributing to the writing of several articles. Besides these institutions, Luís da Câmara Cascudo, from the thirties, the place of the city historian, writing under the sponsorship of various local governments of the municipalities of Rio Grande do Norte. His writing served the interests of those organs that required for the construction of historical identity of places that he was in charge of telling.

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor efetivo do Departamento de História da Universidade Potiguar (UNP).

Keywords: Luís da Câmara Cascudo, historian, spaces

“Queria saber a história de todas as cousas do campo e da cidade.” (CASCUDO, 1968, p.5) Esse trecho, escrito pelo próprio Cascudo, publicado em 1968, pela revista *Província*, foi retirado de um artigo intitulado *Um provinciano incurável*. Esse título, cunhado pelo amigo e escritor Afrânio Peixoto, foi apropriado por Cascudo nos anos quarenta, mais precisamente em 1946. Esse artigo apresenta a imagem que Luís da Câmara Cascudo, desde os anos vinte, constrói de si, juntamente com seus amigos e interlocutores, de um provinciano que nunca saiu de sua terra mesmo recebendo, segundo ele, o convite de Vargas para residir no Rio de Janeiro e de Agamenon Magalhães para morar no Recife. O motivo pelo qual não se fixou em outro lugar foi respondido por ele no mesmo artigo de 1968:

Alguém deveria ficar estudando o material economicamente inútil. Poder informar dos fatos distantes na hora sugestiva da necessidade.

Fiquei com essa missão. Andei e li o possível no espaço e no tempo. Lembro conversas com os velhos que sabiam iluminar a saudade. Não há um recanto sem evocar-me um episódio, um acontecimento, o perfume duma velhice. Tudo tem uma história digna de ressurreição e de simpatia. Velhas árvores e velhos nomes, imortais na memória.

Para Luís da Câmara Cascudo, sua motivação de nunca ter fixado em outras regiões do país, esteve associado, primeiramente, a sua “missão” de estudar e registrar os acontecimentos e as coisas de sua terra para que ficassem na memória, tornando-as imortais, além do seu sentimento telúrico de amor e devoção a Natal. Cascudo traz para si a responsabilidade de informar aos seus conterrâneos os fatos distantes tanto no tempo como no espaço, sendo ele o agente de ligação entre o passado e o presente. Cascudo se convoca e se coloca para a missão de construir uma teia identitária entre os cidadãos do passado e os do presente deixando claro que o requisito principal para cumprir a missão foi a sua permanência em Natal. Luís da Câmara Cascudo entende que para

falar da “província” é preciso, primeiramente, estar nela e partir dela. O espaço é o seu ponto de partida.

O artigo *Um Provinciano Incurável*, evidencia claramente a ligação de Cascudo com a temática do espaço, mais especificamente onde ele mesmo esteve inserido ao longo de sua vida, no caso Natal, sua província. Esse espaço é o ponto de partida e o de chegada da vida e da obra cascudiana, porque, para ele, a sua cidade é uma unidade com sua gente. (CASCUDO, 1968, p.6) É por isso que Cascudo define-se como provinciano, pois a província e ele se constituem como uma unidade.

É a partir de sua cidade que Cascudo olha e experimenta o mundo. Natal, sua província, se torna seu lugar íntimo a partir da experiência, cotidiana e intelectual, que ele vai construindo ao longo de sua vida com a cidade. Um dos aspectos que demonstra a “província” como seu lugar é justamente a permanência de Cascudo em Natal.² Quando escreve em 1968 no artigo *Um Provinciano Incurável*: “Nunca pensei em deixar minha terra”, Luís da Câmara Cascudo está mostrando sua relação identitária com cidade, com o seu lugar, se nomeando com a nomenclatura da sua urbe, se definindo como Luís Natal. (SALES NETO, 2009, p.91) A cidade é que o orienta; é o lugar que se coloca não só para falar de sua própria Natal, mas também dele mesmo. Nietzsche define bem o historiador que narra sua cidade como se estivesse contando a sua própria história. Vejamos:

A história de sua cidade se transforma na sua própria história; ele imagina as muralhas, o porão fortificado, o regulamento municipal, a festa popular como uma crônica ilustrada de sua juventude; em tudo isso ele descobre sua força, seu zelo, o seu prazer, o seu julgamento, a sua loucura e os seus desregramentos. (NIETZSCHE, 2005, p.91)

² É importante seguirmos a orientação do geógrafo chinês Yi-Fu Tuan acerca de espaço e lugar. Para ele, o espaço seria uma categoria abrangente, metaforicamente representado pela liberdade. Enquanto, o lugar seria o lar, a casa, o bairro, a cidade, a pátria, isto é, aquilo que representaria a segurança. A partir da perspectiva da experiência, o homem transforma o espaço em lugar à medida que adquire definição e significado. Nesse sentido, segundo o geógrafo, o homem se orienta no mundo a partir de sua experiência com o espaço desde a infância até a fase adulta. Assim, a cidade pode ser considerada um lugar íntimo do sujeito desde que agregue sua experiência com a urbe conferindo-lhe afeições e significados. A permanência, segundo Tuan, é um elemento importante na ideia de lugar. (TUAN, 1983, p. 151-160)

Os espaços da cidade vão sendo narrados por Cascudo como se cada canto, lugar e monumento de Natal se confundissem com a sua própria história. A urbe é registrada por ele como cenário imóvel da sua memória, a impressão primeira, o ambiente emocionante da sua meninice, adolescência e madureza, pois, segundo Cascudo, o “homem é a cidade em que nasce”. (CASCUDO, 1978) Assim, a cidade, o espaço, é a referência primeira na vida e na obra cascudiana, como ele mesmo expõe: “foram os motivos de minha vida expostos em todos os livros.” (CASCUDO, 1978)

Luís da Câmara Cascudo é um “Provinciano Incurável” não só porque nunca saiu de Natal, mas também pelo fato de se deter aos registros das coisas e das gentes de “sua terra”, sobretudo, a história de sua cidade. Não é a toa que na década de quarenta escreve um livro, encomendado pelo prefeito de Natal Sylvio Pedroza, sobre a história de Natal. Muito embora não tivesse escrito só sobre a história de sua cidade, mas também sobre outros núcleos citadinos, como Santana do Matos e Mossoró na década de cinquenta. Outras categorias espaciais também foram narradas³e historicizadas por ele em momentos históricos distintos, como, por exemplo: o Rio Grande do Norte.⁴

Assim, ao analisarmos Cascudo como historiador dos espaços estamos nos valendo tanto de sua relação íntima com o próprio espaço, no caso, sua cidade, Natal, como também pelas próprias narrativas que escreveu acerca de outros espaços. Isso demonstra o quanto o espaço é uma categoria importante e constante na sua produção bibliográfica. Não só o espaço, mas o saber que o tem como objeto primeiro: a geografia.

Cascudo, ao longo de sua vida intelectual, não se deteve somente a história, a biografia e a etnografia. A geografia na escrita cascudiana também teve sua importância por se configurar como uma dada maneira de ler e ver o mundo.

³ Na década de trinta, o jornal *A República* inicia a publicação de uma série de crônicas escritas por Cascudo intituladas de *Viajando o sertão* que, no mesmo ano, foram transformadas em livro, no qual versava sobre a sua viagem ao sertão norte-rio-grandense.

⁴ Os respectivos livros escritos por Cascudo: *História da cidade do Natal*. Natal: Prefeitura Municipal de Natal, 1947; *Notícia histórica do Município de Santana do Matos*. Natal: Departamento de Imprensa, 1955; *Notas e documentos para a história de Mossoró*. Mossoró: 1955 (Coleção Mossoroense); *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Ed. Ministério da Educação e Cultura, 1955

Na década de quarenta e cinquenta, por exemplo, dois livros de Luís da Câmara Cascudo são publicados tendo como título a geografia, justamente para se referir e sugerir uma leitura de outros temas a partir da redistribuição no espaço, tanto do folclore como da história, respectivamente, *Geografia dos mitos brasileiros* em 1947 e *Geografia do Brasil Holandês* em 1956. A geografia foi apropriada por ele como dispositivo para ler os espaços dos mitos brasileiros como também para narrar a presença holandesa nos territórios ocupados por eles durante o período colonial. A geografia, na narrativa cascudiana, serviu como grade para se construir um conhecimento sobre um determinado aspecto da cultura brasileira (folclore) ou da sua própria história (presença holandesa). Sua escrita espacializa a história que escreve.

Além de se apropriar das lentes geográficas para compreender dadas realidades sociais, o intelectual esteve vinculado às instituições geográficas, como o Conselho Nacional de Geografia, hoje IBGE, sendo, inclusive, relator dessa instituição nos anos quarenta (*A REPÚBLICA*, 1941), bem como assumindo interinamente a presidência do Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio Grande do Norte em 1939.(*A REPÚBLICA*, 1931) Não nos aprofundaremos aqui no que levou Cascudo a fazer parte dessas instituições. Antes citamos sua participação nessas instituições apenas para percebermos como a geografia foi importante para a inteligência de sua obra. Isso justifica o interesse cascudiano em estudar os espaços, mais especificamente, suas histórias desde o campo a cidade como apresentamos na epígrafe acima. É o interesse demonstrado pela história dessas e outras espacialidades que nos permitiu perceber Cascudo como historiador dos espaços, mesmo que ele não o tenha elencando como problema central de sua obra.

É válido destacar que Luís da Câmara Cascudo nunca foi um teórico dos espaços. Nunca formulou qualquer tratado teórico sobre as espacialidades. Todavia, pensá-lo como historiador dos espaços é entender que seus estudos e suas narrativas sobre os espaços, acerca da questão da identidade nacional e regional, bem como a formação social e territorial da cidade, fez-lhe abordar ao longo de sua produção intelectual, o próprio espaço. Ora, o que é a discussão da identidade e da formação territorial se não uma discussão da própria espacialidade? Isso nos remete a reflexão de que a produção historiográfica

casquiana já tratava sobre o espaço, mesmo que essa discussão em torno dele tenha ficado por muito tempo incandescente. Mesmo não produzindo reflexões teóricas sobre a constituição dos espaços, em sua obra, *Cascudo o tempo todo* instituiu discursivamente e temporalmente textos e imagens para as espacialidades. Todavia, ele não esteve só. Outros intelectuais brasileiros, como: Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, sobretudo, na década de trinta a cinquenta⁵, refletiram sobre a construção da identidade regional e nacional e, conseqüentemente, assim como Cascudo, trouxeram reflexões sobre o espaço.

Podemos perceber tanto em Gilberto Freyre, como em Sérgio Buarque de Holanda, respectivamente, em duas obras em específico, *Nordeste* (1937) e *Caminhos e Fronteiras* (1957) abordagens que analisam a construção, formação, ocupação do espaço brasileiro. Eles analisaram esse processo de maneira diferente, influenciados pelo pensamento de um determinado momento histórico e suas percepções estavam atreladas a determinadas maneiras de entender o processo de espacialização e a construção da identidade brasileira.

Freyre elabora sua abordagem sobre a identidade a partir da inércia, o espaço que ele está analisando, o Nordeste, não se constrói pelo movimento, não se transforma, está enraizado na tradição. Esse sedentarismo está presente em sua obra para advogar um lugar de permanência e centralidade do Nordeste enquanto região de onde emana a identidade nacional. Contrariamente, Sérgio Buarque entende a formação da identidade e do território nacional a partir do movimento, de um espaço nômade, por excelência, fluido, onde à medida que se desfazem fronteiras, outras se estabelecem a partir da conquista e da movimentação dos bandeirantes pelos territórios do interior do Brasil colonial.

Acerca do papel atribuído a cada etnia na formação social e espacial do Brasil, esses intelectuais se aproximam ao mesmo passo que divergem. Ambos negligenciam os conflitos advindos do contato com as etnias construtoras da identidade nacional (senhor - escravo, no caso de Freyre; bandeirante - indígena, em Sérgio Buarque). Freyre elenca o mestiço como fruto da

⁵ *Raízes do Brasil* (1936), *Monções* (1945), *Caminhos e Fronteiras* (1957), *Visão do Paraíso* (1959) de Sérgio Buarque de Holanda; *Casa-grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936), *Nordeste* (1937) e *Ordem e Progresso* (1959) de Gilberto Freyre.

miscigenação harmoniosa, característica peculiar da sociedade brasileira. Entretanto, Sérgio Buarque elege o sertanejo como a síntese do contato entre os adventícios e os povos autóctones. Nesse amálgama as tensões sociais oriundas do contato entre brancos e negros e brancos e índios também são escamoteadas, uma vez que foi dessa aproximação que surgiram as possibilidades da ocupação do território. Nesse sentido, é perceptível na leitura e nas análises desses intelectuais que embora estes tenham como recorte central a questão da identidade nacional e a formação territorial do Brasil, eles abordaram ao longo de suas produções o próprio espaço.

A discussão em torno do espaço tanto para Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda como também para Cascudo se dava no âmbito da produção da identidade. A partir desta é que o espaço era discutido nesses intelectuais.

Luís da Câmara Cascudo através de sua escrita, localizada a partir de trinta até os anos cinquenta, institui identidades para os espaços que ele mesmo narra. Somente tomando como ponto de partida a emergência das identidades espaciais construídas por ele é que entendemos como história e espaços na obra cascudiana se encontram.

Em Cascudo, como também em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, a centralidade da produção de narrativas historiográficas acerca dos espaços só é compreensível quando analisamos o lugar social (CERTEAU, 2007) em que este intelectual esteve inserido, bem como suas concepções de história.

Como historiador⁶, Luís da Câmara Cascudo circulou pelas principais instituições do saber histórico, particularmente, os institutos históricos e geográficos espalhados pelo Brasil. Cascudo se filia ao Instituto do Ceará em 1924, ao IHGRN em 1927 e ao IHGB em 1934, associando-se, posteriormente, a todos os Institutos Históricos existentes nos estados da federação. (NEVES, 2002) Sua participação se caracterizava pelas trocas de correspondências com os intelectuais dessas instituições, além de contribuir com a escrita de vários artigos, por exemplo, boa parte do que foi escrito por Cascudo sobre o Brasil

⁶ A ideia de Cascudo como historiador não se remete a profissionalização do ofício do historiador, mas sim como lugar em que o próprio Cascudo e outros intelectuais construíram para ele.

holandês foi publicado pelos diversos Institutos Históricos e Geográficos espalhados pelo Nordeste. As concepções de história presentes na escrita cascudiana são as mesmas dos membros dos diversos Institutos Históricos e Geográficos brasileiros.

Além dessas instituições, Luís da Câmara Cascudo assumiu, no mesmo período, o lugar de historiador das cidades, escrevendo sob o patrocínio de várias prefeituras dos municípios do Rio Grande do Norte, a história das urbes, como citamos anteriormente. Parte daquilo que Cascudo escreveu acerca da história dos espaços esteve em consonância com o que fazia os Institutos Históricos e Geográficos espalhados pelo Brasil ou com o patrocínio do poder público seja municipal, estadual ou federal. Sua escrita atendia aos interesses desses órgãos que o requeria para a construção da identidade histórica dos espaços que ele se encarregava de narrar. Mas que tipo de história, Cascudo escreveu para os espaços? Que concepções de história estavam presentes em seus textos?

Não podemos enquadrar Luís da Câmara Cascudo em uma única perspectiva ou escola histórica. Sua concepção de história longe de ser homogênea é múltipla. Ele se utilizou de várias matrizes do campo historiográfico, impedindo, dessa maneira, que o possamos enquadrar em uma tendência predeterminada.

Cascudo mesclou concepções de história que vão desde a Antiguidade Clássica, como as concepções de Heródoto, até a moderna. É por isso que encontramos em sua biblioteca autores de distintas vertentes literárias, filosóficas e historiográficas, como: Homero, Aristóteles, Cícero, Giambatista Vico, Seignobos, Toynbee e muitos outros.

Dessa forma, a abordagem sobre o conhecimento histórico em Cascudo não pode ser entendida de forma unidimensional, mas sim plural daí porque não poderíamos encerrá-lo numa única escola historiográfica. Câmara Cascudo não foi apenas positivista, metódico, historicista, romântico, ele soube, ao seu modo, convergir e aproveitar as contribuições que essas abordagens do conhecimento histórico puderam fornecê-lo. E é nessa pluralidade e ecletismo teórico que situamos suas visões e reflexões sobre a história.

A partir da década de quarenta em diante alguns artigos sobre a história, enquanto conhecimento, foram escritos por ele no jornal *A República*, como: *História e Historiadores*, *História e Estória*, *História, escola da compreensão*, *O Documento viverá* e *A Função dos Arquivos* publicado na revista do arquivo público do Recife. Nestes escritos, Luís da Câmara Cascudo refletiu acerca da própria natureza do conhecimento histórico, abordando temas relacionados à questão da utilidade da história para a sociedade, as funções do arquivo e do documento e o ofício do historiador. Para entender como cada temática dessa é tratada por ele, é preciso responder, primeiramente, o que é a história para Cascudo?

Ele responde a esta pergunta no artigo intitulado de *História, escola da compreensão*, publicado pelo jornal *A República* no dia oito de julho de 1943: "A História é a suprema escola da compreensão, da tolerância e da simplicidade." A partir dessa enunciação diagnosticamos uma primeira influência historiográfica em Cascudo: o historicismo. Esta tendência historiográfica emerge, sobretudo, na Alemanha, no fim do século XVIII e começo do século XIX, tendo como característica inicial um caráter fundamentalmente conservador, ou mesmo, retrógrado, reacionário. (LÖWY, 2008, p.76-77)

O historicismo visava legitimar as instituições econômicas, sociais e políticas existentes na Prússia, na sociedade tradicional, enquanto produtos legítimos do processo histórico, como resultado de séculos e séculos de história, resultados de um processo orgânico de desenvolvimento. (LÖWY, 2008, p.76-77) O historicismo na sua forma inicial voltava-se para o passado para legitimar as instituições existentes, por conseguinte, o passado era considerado uma categoria central, porque apresentaria o antídoto para um tempo que se desfaz pela velocidade das transformações trazidas pelo avanço da maquinaria burguesa é por isso que a história e, conseqüentemente, o passado, seria tratado de forma romaneada. Assim como o historicismo, Cascudo defendia um mundo conservador e anti-moderno que criticava o mundo capitalista em ampla ascensão pelas vias da modernidade, justamente por pertencer e representar um mundo social, aristocrático, anterior as transformações econômicas e sociais trazidas pela sociedade moderna capitalista.

Influenciado pelo historicismo, a narrativa historiográfica cascudiana pertence a um regime de historicidade que toma o passado a partir de uma visão romântica e idílica, conferindo aos sujeitos históricos ares de heróis e aos acontecimentos tons épicos, destinando à história um sentido, uma função para vida. Um passado real que poderia ser resgatado, rememorado, transmitido. Por isso que era possível para a história, tanto para um dos representantes do historicismo do século XIX, Dilthey, como para Cascudo, compreender.

Nessa perspectiva a história não seria o saber que revelaria o jogo das contradições, como pensava Karl Marx no século XIX, mas sim que aboliria o esquecimento, que levou à separação entre o sujeito e ele mesmo, e reintegrar o passado no presente como “consciência intensa” de si, isto é, a “compreensão”. (REIS 2006, p.39) Isso fica bem claro no mesmo artigo de 1943: “Sabendo o passado dos homens em sociedade, desde os primeiros núcleos, conhece como tem sempre agido, através das idades...”. Mais adiante, acrescenta: “O Homem é o mesmo de sempre, reagindo semelhantemente ante os problemas do amor e do pão. Pensa que, antes dele, milhares de homens sofreram o mesmo. E outros, para o futuro, sofrerão também.” Nesses trechos, Cascudo mostra como estudar o passado é importante para se compreender o presente, porque, em grande medida, os homens do tempo pretérito assim como do presente estariam sujeitos aos mesmas sortes e dificuldades agindo da mesma forma através do tempo. O homem seria, para Cascudo, uma entidade em si mesma, é por isso que ele escreve com “H” maiúsculo, que atravessa o tempo sempre repetindo suas ações diante das circunstâncias da vida, como o sentimento (amor) e o alimento (pão).

Dessa forma, o passado, o presente e o futuro, diferentes apenas na dimensão temporal, se assemelham, pois apresentam as ações humanas pelo fio do continuísmo e da semelhança. Assim, para Cascudo, a história enquanto um saber que compreende o passado teria como função consolar o presente: “Mestra da Vida, disse Cícero, podia tê-la batizado de consoladora. A grande consoladora depois da Fé.” (A REPÚBLICA, 1943)

Ora, não há algo mais consolador do que saber que os homens do passado tiveram os mesmos embates, problemas, dificuldades que os homens do presente têm? E pensar que essas dificuldades foram solapadas e que o

homem do presente, assim como do passado, sobreviverá como também o homem do futuro? Eis, a função da história para ele: compreender o passado para consolar o presente.

Cascudo vai pensando a história como espírito, força metafísica, que consola os homens, daí as ações humanas se tornam as mesmas no tempo. Para ele, a história seria uma força que reside no interior de cada acontecimento que afeta a humanidade, considerando-a como uma entidade, um sujeito, e é por isso que escreve também a palavra “história” com “H” maiúsculo.

Um “espírito” que torna imortal as ações do homem no tempo, por isso que lembra, aconselha e anima. (CASCUDO, 2004, p.266) Essa maneira metafísica de se pensar a história é influenciada pelas filosofias da história do século XVIII e do XIX, por exemplo, na obra de Hegel, (GARDNER, 1964, p. 73-88) que o “espírito” dirige o homem no tempo, através de uma força, uma entidade, um poder que a tudo reúne e impulsiona por meio de um plano, oculto ou manifesto, um poder frente ao qual o homem pôde acreditar-se responsável ou mesmo em cujo nome pôde acreditar estar agindo. (KOSELLECK, 2006, p.52)

Para Cascudo a história, consola, mas não ensina pelo menos da mesma maneira como pensavam os antigos. O intelectual não compartilhava da visão ciceroniana da história enquanto *Magistrae Vitae*, porém, isso não quer dizer que, para ele, a história não tenha uma função didática.

Quando Cícero se referia à história ele se utilizava do termo *Historie*. Este designava predominantemente as narrativas particulares, como por exemplo, a história da Guerra do Peloponeso. Essas narrativas tinham como objetivo conferir exemplos de vida a serem apreendidos e seguidos. Entretanto, no século XVIII, na Alemanha o termo *Historie* começa a ceder espaço para o conceito alemão *Geschichte*, que designa uma sequência unificada de eventos que, vistos como uma unidade, isto é, como um todo, constituem a marcha da humanidade. (KOSELLECK, 2006, 48) Dessa forma, *Geschichte* passa a juntar a noção de acontecimento, com o de relato, narrativa: “A história [Geschichte] adquire então uma nova dimensão que escapa à narratividade dos relatos, ao mesmo tempo que se torna impossível capturá-la nas afirmações que se fazem sobre ela.” (KOSELLECK, 2006, p.49) Segundo Koselleck, essa mudança

conceitual permite que uma nova maneira de se conceber a história seja possível, sendo assim, “a verdadeira mestra é a história em si, e não a história escrita, ou seja, a história [Geschichte] só é capaz de instruir à medida que se renuncia à história [Historie].” (KOSELLECK, 2006, p.49)

Ao falar sobre a história, Cascudo entende que ela é mestra, não no sentido dos antigos *Historie*, mas no sentido alemão *Geschichte*, indicando que é a história em si, enquanto um saber que designa ao mesmo tempo o acontecimento e o relato, que ensina e não uma narrativa particular, tal como concebia Cícero, que tem uma pedagogia para o presente. Daí a grande influência do historicismo na escrita cascudiana: pensar a história *Geschichte*, enquanto uma totalidade, um espírito, que coloca aquele que a apreende de maneira compreensiva em um “estado propício à formação” que deve influir no futuro. A história para o historicismo e, por conseguinte, em Cascudo deixa de ter um caráter didático, uma simples coleção de exemplos, como pensava a *Magistrae Vitae*, para se tornar o único caminho para o verdadeiro conhecimento de nossa própria situação. (SAVIGNY *apud* KOSELLECK, 2006, p.59-60)

Outra característica da *Historia Magistra*, que Luís da Câmara Cascudo não partilha, é a de que o historiador não apenas instrua, mas também profira sentenças e juízos, sendo também obrigado a julgar. No pórtico do livro *História da cidade do Natal* (1947), Cascudo escapa da concepção ciceroniana da história colocando-se distante da tarefa de conferir qualquer julgamento ao passado, tendo em vista que, para ele: “o precioso da História é a documentação para o futuro e não o juízo decisivo e peremptório”. Cascudo diz que não julga e que não atribui sentenças ao passado, todavia, quando constrói uma narrativa historiográfica o julgamento e a sentença se inscrevem na própria história que escreve. Ao fazer crer que não julga o passado, Luís da Câmara Cascudo se distancia da concepção ciceroniana, daí porque não poderíamos enquadrá-lo como intelectual que se embebeu somente dessa perspectiva da história. Antes, para ele, o documento é o que assegura a verdade em história possibilitando as gerações futuras entender o passado. É por isso que o historiador não poderia julgar, mas sim preparar o caminho através da documentação para que outros estudiosos no futuro pudessem tirar suas próprias conclusões: “porque História

é documento e não há autoridade pessoal contra evidência". (A REPÚBLICA, 1949)

Mesmo não partilhando totalmente da visão ciceroniana, não poderíamos negar a influência dos clássicos em Cascudo. Sem dúvida, há uma grande aproximação dele com a perspectiva herodoteana da história, sobretudo, em relação ao papel do historiador.

Heródoto enfatiza o papel do relato para a conservação dos acontecimentos humanos através da memória. É um apelo contra o tempo que põe em risco o esquecimento dos feitos dos homens que podem se apagar, caso não forem registrados e lembrados pelo *histor*. É este que tem a tarefa de retardar o desaparecimento dos traços da atividade humana, procurando a conservação na memória daquilo que os homens realizaram. (DOSSE, 2003, p.13) De forma semelhante ao "pai da história", Cascudo compreende que o saber histórico deve registrar os acontecimentos para que fiquem na memória. Entretanto, é válido ressaltar que, para ele, não são todos os fatos que entram para a história, apenas os "memoráveis", definindo-lhes assim:

o fato memorável é um saldo de nossas imperfeições sublimadas, dos nossos sonhos positivados no plano superior da materialização. Cada herói é um resumo do seu tempo, do seu mundo, de sua civilização, um índice positivo do esforço orgulhoso da maioria que ele simboliza e eleva *ad immortalitatem*...(CASCUDO, 1952-56, p.6)

Assim como Heródoto, Cascudo entende que a história tem o dever de imortalizar. Para ele, é da própria natureza humana que vem o desejo de "emprestar os halos da perpetuidade dos nossos atos." (CASCUDO, 1952-1956, p.6) Escrever para imortalizar é o serviço do historiador e somente através da história é que os acontecimentos humanos podem ser eternizados. É evidente que quando se trata dos feitos dos homens, Cascudo não está se referindo a qualquer realização humana. Claramente, ele define que o fato memorável é possível aos heróis que são resumos ou metonímias de um tempo dado a ler. E para lê-lo é preciso perceber os heróis, tendo em vista que são eles que

simbolizam a civilização, o todo, daí porque se imortalizam e também possibilitam que as sociedades que estão representando se tornem imortais.

Assim, a história de uma sociedade seria representada pela história do(s) seu(s) herói (s), o “Júpiter Efêmero”, por simbolizar a contemporaneidade do passado no presente, um elo entre essas duas temporalidades tecido a partir do dispositivo da identidade entre os indivíduos do passado com os do presente, ligando-se através da “continuidade emocional, identidade de esforço, de responsabilidade, de medo e de crença”, (CASCUDO, 1952-1956, p.11) é por isso que o herói se apresenta, para Cascudo, como resumo de uma sociedade.

Para Heródoto, o relato histórico serve para lembrar os acontecimentos dos helenos ou dos bárbaros. Para Luís da Câmara Cascudo, a escrita da história serve para lembrar os feitos humanos dignos de serem trazidos para a memória. Para Heródoto, tanto os feitos gregos como bárbaros deveriam ser lembrados, para Cascudo, nem todas as realizações humanas deveriam ser memoráveis. É por causa disso que quando escreve a história do Rio Grande do Norte, da cidade de Natal e de Mossoró os acontecimentos narrados são os eventos políticos, como: as invasões estrangeiras, as administrações locais, os nomes dos fundadores da cidade, as revoluções, a independência, a abolição, a república..., pois são eles que são dignos de serem registrados e trazidos a memória, uma vez que são conduzidos pelas ações dos sujeitos, ou heróis, membros da aristocracia, como por exemplo, os Albuquerque Maranhão, em Natal, e os Rosados, em Mossoró. São eles que Cascudo elege como sendo os sujeitos que resumem o universo social do Estado ou das cidades.

Dessa maneira, assim como Heródoto, a escrita cascudiana está endereçada para instituir uma identidade a partir de determinados acontecimentos premidos pelas ações de selecionados sujeitos. Embora, saibamos que no caso do *histor* grego essa formulação identitária foi sendo construída pela alteridade, representada pela descrição narrativa que tem como ponto de partida a diferença, do olhar de um grego em relação aos bárbaros. (HARTOG, 1999, p.229-270) Enquanto, Cascudo formula uma identidade a partir daquilo que é semelhante, isto é, do traço comum que urde a história dos homens do passado com os do presente. Isso fica bem claro no livro *História da Cidade do Natal* (1947). Percebemos que a narrativa da história dessa cidade é

perfilada pelas ações da família Albuquerque Maranhão no passado, fins do século XIX para início XX, representada por Pedro Velho, como no presente, nos anos quarenta, simbolizado por Sylvio Pedroza pertencente à referida organização familiar. Dessa forma, o memorável passa a ser aquilo que une, pelo traço da semelhança, a narrativa dos membros da família Albuquerque Maranhão do passado e do presente em Natal. A história da cidade se confunde com a história da organização familiar, tornando-se memorável, pois o que interessa a historicidade desse espaço são as realizações e ações dos homens ou da família no tempo e na formação social do espaço natalense.

Os fatos memoráveis são os feitos dos “grandes homens” da cidade, bem como dos eventos políticos que nela aconteceram. Essa maneira de entender a história é a mesma com que os historiadores da escola metódica alemã e francesa refletiam acerca do conhecimento histórico. Uma história com ênfase nos acontecimentos políticos, no relato de alguns homens considerados grandes, geralmente, estadistas, generais, ocasionalmente eclesiásticos, que povoam a narrativa dos ditos “historiadores tradicionais” do século XIX (BURKE, 1992, p.12), cujas concepções e práticas do ofício de historiador influenciaram Luís da Câmara Cascudo, como, por exemplo, o fetiche pelos documentos oficiais.

Em todas as histórias que Cascudo escreveu sobre as cidades a documentação principal era as fontes de natureza oficial, tais como: fala e relatórios dos presidentes de província do Rio Grande do Norte, atas e documentos do arquivo público da cidade ou do Estado, ofícios, processos administrativos, e muitos outros. A história dos espaços narrados por Cascudo deveria seguir o registro, a lógica, o sentido que os documentos oficiais do Estado e das cidades sugeriam, pois a história dessas espacialidades deveria ser baseada nessa documentação, tal como pensavam os historiadores da escola metódica.

Cascudo seguiria, dessa maneira, a máxima de Ranke de que “os fatos falam por si” daí a importância do documento, exatamente para comprovar e legitimar a narrativa criada por ele, tendo em vista que “a história é o próprio documento”. (A REPÚBLICA, 1949)

Luís da Câmara Cascudo acreditava que através da documentação os acontecimentos e os homens do passado poderiam reviver. Ao entender que o passado pode ser revivido, trazido a superfície para o deleite e a leitura do homem do presente, Cascudo nos mostra sua visão romântica da história, uma vez que o passado torna-se real, revivido e possível desde que o historiador pesquise o detalhe e vá ao arquivo. Eis o motivo de ter escrito no arquivo público do Recife, na década de cinquenta, um artigo tratando, especificamente, sobre a função do arquivo. Vejamos um pequeno trecho:

Aqui é realmente a casa da História, Solar do seu nascimento, nascente de suas águas que vamos encontrar lá fora, diversas e coloridas, na química das convenções e das simpatias. Aqui, nas cabeceiras, são elas silenciosas em força serena, manando dos atos formadores dos primeiros fios convergentes, explicação da futura torrente...Dá vontade de interromper a tranquilidade e conversar, num tom claro e baixo, de lento passeio nos braços acolhedores do claustro. Uma conversa sobre o conceito de História e a função do documento para evocá-la, determiná-la ou modificá-la... Nos arquivos a História está justamente em potencial. (CASCUDO, 1952-56, p.12)

Ao se referir ao arquivo, Cascudo o descreve lançando mão de uma narrativa poética, recheada de metáforas de referência à natureza como o sol, a água, a torrente. Talvez seja por isso que ele escolhe a natureza como artifício metafórico para descrever o ambiente do arquivo, pois é da mesma forma naturalizada, que Cascudo entende o arquivo. É como se este fosse um produto imune aos interesses do homem, por isso que é tratado como algo dado, “puro”, pronto para ser descoberto pela atividade do historiador. Talvez isso responda também o fato de se referir ao arquivo como a casa da história. É no domínio da casa onde há o refúgio tranquilo contra os perigos dos que estão fora. É nela também que se resguarda do “contato impuro” do ambiente externo. A história, nesse sentido, estaria guardada de qualquer vínculo exterior que possa torná-la impura, pragmática, interessada. Como casa, o arquivo representaria, para Cascudo, o domínio do privado, dos segredos, dos silêncios, daquilo que está momentaneamente guardado para ser revelado *a posteriori*. É por isso que ele esboça no texto a vontade de conversar, de invadir, a dimensão tranquila do

resguardo do arquivo, para interrogá-lo não como um juiz, mas como um esquadrinhador, um apaixonado pelo passado, justamente para saber as concepções de história ali guardadas. Para Cascudo, o arquivo é a casa da história, porque, é nela que o saber histórico nasce, mora e vive e é assim que a história se encontra em potencial no arquivo.

O encantamento pelo arquivo mostra outra aproximação de Luís da Câmara Cascudo com a escola metódica: o gosto pela erudição.⁷

A biografia cascudiana é construída a partir da figura de erudito, do homem voltado para os livros e as letras desde a infância, quando ao invés de brincar como as outras crianças voltava-se para a leitura de revistas, de álbuns de gravuras e de viagens, (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p.482-493) até no auge da maturidade intelectual quando seu interesse pela erudição passa a ser devotado pelo estudo da terra e da gente do Rio Grande do Norte, como ele mesmo escreve em 1960:

Uma parte do meu tempo é dado ao Rio Grande do Norte. Tenho que pesquisar, estudar, interessar-me por uma série de aspectos que não pode despertar cuidado na maioria dos meus conterrâneos, ocupados, preocupados, consumidos, enrolados, com outras tarefas, outros assuntos, outros aspectos da terra e da gente. (A REPÚBLICA, 1960)

O fato de mencionar que pesquisa e estuda os diversos aspectos de sua gente e de sua terra, o faz um cidadão diferente dos seus conterrâneos com um status social e pessoal à parte dos demais através da imagem de erudito que ele mesmo constrói de si. Cascudo seria aquele que instruiria a sociedade norte-riograndense no conhecimento dos seus pormenores, das coisas que passavam despercebidas aos conterrâneos. Estudar e pesquisar para informá-los e formá-los. É esta a função social que Luís da Câmara Cascudo constrói para ele como sendo útil. A erudição é o que torna diferenciado.

Entretanto, quando se refere à pesquisa em história, Cascudo escreve no jornal *A República* do dia 02 de abril de 1940 que "ama-se a história para

⁷ Notadamente a erudição vai ser presente na escola metódica francesa, sobretudo, nas obras de Ernest Lavisse, Charles- Victor Langlois e Charles Seignobos. (PAZ, 1996, p.181)

pesquisar o detalhe”, característica de quem entende o saber histórico pela via das informações pormenorizadas que dão prazer ao texto ao lê-lo. É, nesse sentido, que, para ele, a história teria uma utilidade pessoal, justamente para lê-la como um texto pelo puro prazer e pelo deleite pessoal, tal como faziam os eruditos do século XIX. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005, p.43-66) ⁸ Isso não quer dizer que, Cascudo entendia a utilidade do conhecimento histórico apenas na dimensão pessoal. Para além do deleite, o indivíduo e a sociedade teriam na história a formação de suas identidades localizadas tanto espacialmente como temporalmente. A história seria, para ele, o campo possível para a gestação das identidades, daí sua tarefa de informar aos seus conterrâneos sobre as coisas de sua terra.

Na década de sessenta, Cascudo elenca ainda outra tarefa para ele: “registrar e transformar sugestão e planos em documentos que ficarão para outros estudiosos.” (A REPÚBLICA, 1960) Seu ofício de historiador estaria comprometido, dessa vez, com o futuro. Seu registro e sugestão serviriam de base para que futuros estudiosos pudessem escrever sobre o passado. Sua função seria preparar a posteridade. Uma escrita da história interessada e endereçada ao futuro. O papel de Cascudo longe de ser apenas sugestivo era notadamente uma projeção do seu próprio nome enquanto intelectual. Embora, estivesse disposto a “guardar o mais possível documentadamente para o futuro” (A REPÚBLICA, 1960), Luís da Câmara Cascudo vislumbrava sua imortalidade. O documento e ele estariam no mesmo nível, tendo em vista que ambos, através da história, se tornariam imortais. Não só o documento viveria, mas ele também. Os historiadores do futuro teriam que consultá-lo, lançando mão de sua escrita e de sua organização documental para que novas histórias fossem possíveis. O futuro do passado construído pelos futuros historiadores teria no ofício de Cascudo no presente o seu ponto de partida. O sentido de posteridade não é de ensinar as gerações futuras, mas sim de legar um pecúlio documental para que outras histórias possam surgir.

⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito de conhecimento no Ocidente contemporâneo. **Trajetos**. Revista de História UFC, Fortaleza, v.3, n.6, p.43-66, abr.2005

Enquanto historiador dos espaços, Cascudo não só instituiu dadas imagens e dados textos para os espaços que historicizou. Através de seus escritos, muitos historiadores se embeberam de suas concepções de história como também o tomaram como referência para escrever acerca do Rio Grande do Norte, de Natal e de Mossoró. Boa parte daquilo que se conhece e se escreve sobre a “história oficial” desses espaços tem em Cascudo o alicerce primeiro, seja por adotar seu pensamento e, posteriormente, legitimá-lo, seja para criticá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A Escrita Como Remédio: erudição, doença e masculinidade no Nordeste do começo do século XX. **In Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008, p.482-493.

_____. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito de conhecimento no Ocidente contemporâneo. **Trajetos**. Revista de História UFC, Fortaleza, v.3, n.6, p.43-66, abr.2005

BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp. 1992.

CASCUDO, Luís da Câmara. A Função dos Arquivos. **Separata da Revista do Arquivo Público**, ano 7 a 10, n 9-12. Recife, Arquivo Público, 1952-1956

_____. Cidade do Natal: prólogo. **A República**, 04 Jan. 1949

CASCUDO, Luís da Câmara. In: **DEPOIMENTO: Cascudo**. Produção: Zita Bressane. São Paulo: TV Cultura, 1978

_____. **Discurso de posse na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras** (1943). In: NAVARRO, Jurandyr. Oradores- Rio Grande do Norte (1889-2000): biografia e antologia. 2. ed. Natal, RN: Departamento Estadual de Imprensa, 2004

_____. História, escola da compreensão. **A República**, Natal, 08 jul. 1943

_____. O Documento viverá. In: **A República**. Natal, 28 de set. 1960

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007

DOSSE, François. **A história**. Bauru: EDUSC, 2003

GARDNER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1964.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006

LÖWY, Michel. Historicismo. In: **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez editora. 2008

NEVES, Margarida de Souza. Artes e Ofícios de um “Provinciano Incurável”. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 24, jun. 2002. Não paginado. Disponível em: <http://www.modernosdescobridores.com.br>. Acesso em: 28 de dezembro. 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre a história**. Rio de Janeiro: Loyola/PUCRJ, 2005

PAZ, Francisco Moraes. **Na poética da história: a realização da utopia nacional oitocentista**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

REIS, José Carlos. **A História entre a filosofia e a ciência**. Belo Horizonte: Autêntica. 2006

SALES NETO, Francisco Firmino. **Luís Natal ou Câmara Cascudo**: o autor da cidade e o espaço como autoria. Dissertação (História), Programa de Pós-Graduação em História – UFRN, Natal. 2009

TUAN, Yi-Fu . **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

Recebido em Agosto de 2012

Aprovado em Setembro de 2012